

ESTADO DE SÃO PAULO *Mensalidade escolar será corrigida com defasagem de 1 mês*

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

O Ministério da Educação divulgou ontem portaria que adapta as mensalidades escolares ao novo congelamento. Das disposições já conhecidas, entre elas a que permite o repasse proporcional do último gatilho (maio), foi acrescentado um quarto artigo estabelecendo que as semestralidades, a partir da data de maior flexibilidade do congelamento, serão corrigidas defasadamente. Ou seja, se houver aumento de preços ou salários em setembro este reajuste só poderá ser repassado às mensalidades em outubro e, assim sucessivamente.

Outra novidade incorporada foi a ampliação para seis do divisor mínimo permitido para cobrança das semestralidades. Até então as portarias 4 e 5, baixadas pelo ministério em janeiro deste ano, fixavam o limite mínimo de quatro parcelas. A portaria determinou ainda que os casos em exame, como o de algumas escolas de São Paulo e Rio de Janeiro, que se referem à cobrança de mensalidades do primeiro semestre de 1987 serão apreciados "à luz dos elementos existentes a 12 de junho", entre eles um parecer do Conselho Federal de Educação (CFE), que autorizou o repasse proporcional dos gatilhos salariais.

Na prática, o congelamento das mensalidades escolares só vai ocor-

rer nos meses de julho e agosto. Isto porque o Ministério da Fazenda já admitiu a alteração dos preços, que começa a partir de setembro. "É como um cubo de gelo retirado do Freezer, que vai se diluindo, sendo gelo e água ao mesmo tempo", explicou um dos técnicos do Ministério da Educação para definir o novo congelamento e a futura flexibilidade.

Com relação às concessões de correção de defasagem, item de reajustes autorizados pelo Ministério da Educação em janeiro, a portaria divulgada ontem não explica nem profere as escolas de entrarem com novos pedidos a partir de agora. Diz apenas, que as concessões deste item "produzirão seus efeitos a partir da data de sua aprovação" pelos Conselhos Estaduais de Educação com a ressalva de terem de ser divididas em seis parcelas.

Segundo nota divulgada ontem pela Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) os donos das escolas ficaram "perplexos e ansiosos" com a nova portaria. Para o presidente da entidade, Roberto Dornas, o ensino privado — "um dos poucos setores que funcionavam bem organizados" — foi desestruturado. Ele afirmou que as escolas ainda estão cobrando valores de janeiro ou fevereiro e vivendo uma "balbúrdia total", onde ninguém sabe o preço certo que pode ser cobrado ao aluno.